

Prezado(a) estudante,

Realizamos uma conferência em nosso material da Secretaria Municipal da Educação de Palmas do Tocantins - SEMED-PALMAS - Supervisor Pedagógico. Tomamos ciência que na disciplina de História e Geografia do Tocantins, continha trechos a serem melhorados, desse modo, foram realizadas correções necessárias no material, da seguinte forma:

Página 115

ONDE SE LÊ:

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ESTADO E SUAS DIFERENTES FASES: PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO

POVOAMENTO E EXPANSÃO ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO OURO, DA NAVEGAÇÃO, DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO E DA AGROPECUÁRIA

O estado de Tocantins, anteriormente parte do estado de Goiás, surgiu como entidade autônoma na data da promulgação da última Constituição brasileira, em 5 de outubro de 1988. Esse território abrange uma extensão territorial de 278.420,7 km². Geograficamente, encontra-se situado a sudoeste da Região Norte do país, fazendo fronteira ao norte com o estado do Maranhão, a leste com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia, ao sul com o estado de Goiás e a oeste com os estados de Mato Grosso e Pará (SECULT-TO, s.d.).

No que diz respeito ao relevo do Tocantins, sua topografia é caracterizada por depressões na maior parte do território. No entanto, nas regiões sul e nordeste, podemos encontrar áreas de planaltos, marcadas por uma notável presença de erosões. Na porção central, predominam vastas e encantadoras planícies. As elevações mais notáveis situam-se a leste e ao sul, onde se destacam as Serras do Estrondo, do Lajeado, do Carmo e do Paraíso, com altitudes médias variando entre 360 e 600 m (Oliveira, 2019; SECULT-TO, s.d.).

Explorar a história do Tocantins vai muito além de simplesmente conhecer sua criação como estado. Envolve também a busca por compreendê-lo dentro do contexto da história geral do Brasil e, principalmente, nas peculiaridades que moldaram sua formação social, resistências e estratégias desenvolvidas pela população diante das adversidades (Oliveira, 2019).

Enquanto os colonizadores portugueses se concentravam nas regiões litorâneas, no século XVII, ingleses, franceses e holandeses começaram a conquistar a Região Norte do Brasil, estabelecendo colônias que serviriam como base para a exploração do interior do país. Os franceses, estabelecidos no forte de São Luís na costa maranhense, iniciaram a exploração dos sertões do Tocantins. Em 1610, coube a eles a descoberta do Rio Tocantins pela sua foz (Giraldin, 2002; Oliveira, 2019).

O Rio Tocantins desempenhou um papel fundamental na exploração e conhecimento da região onde o atual estado do Tocantins está localizado. Originando-se no Planalto Central de Goiás, o rio atravessa todo o território do Tocantins, fluindo de sul a norte. A colonização da região pelos portugueses, entretanto, só se iniciou mais de 15 anos após a chegada dos franceses, e isso ocorreu devido à decidida ação dos jesuítas. No século XVII, os padres da Companhia de Jesus estabeleceram as aldeias missionárias da Palma (Paraná) e do Duro (Dianópolis), contribuindo

para a presença portuguesa e cristianização da população local (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

O norte de Goiás desempenhou um papel crucial na formação do atual estado do Tocantins, uma região que foi interpretada de maneiras distintas ao longo da história. Inicialmente, o termo “norte de Goiás” era usado apenas para indicar a localização geográfica dentro da região das Minas dos Goyazes durante o auge da exploração de ouro no século XVIII, perdurando por mais de dois séculos, até a divisão do estado de Goiás, quando a região norte deu origem ao estado do Tocantins (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

Em um segundo momento, à medida que grandes jazidas de ouro foram descobertas na região, o “norte de Goiás” ganhou fama como uma das áreas mais produtivas em termos de mineração na capitania, uma descoberta que levou a um aumento no controle fiscal e a ações para conter o contrabando, tornando a região alvo de maior vigilância e regulamentação do que outras áreas mineradoras (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

Diante dessas perspectivas, nos primeiros tempos, a região mergulhou em uma espécie de corrida anárquica por ouro, pois a mineração era o “alvo de todos os desejos”. Proprietários, industrialistas e aventureiros convergiam seus esforços e capitais para explorar a mineração.

Inicialmente, as minas de Goiás estavam sob a jurisdição da capitania de São Paulo, sob a condição de intendência, com a capital em Vila Boa. O cargo de superintendente das minas foi atribuído a Bueno, com a missão de “representar e manter a ordem legal e estabelecer o sistema tributário”. Posteriormente, com o declínio da mineração, o norte de Goiás passou a ser visto como um símbolo de atraso econômico e retrocesso social, resultando em um cenário de pobreza para a maior parte da população (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

Nas décadas de 1730 e 1740, ocorreram as descobertas de ouro na região norte de Goiás, o que levou à formação dos primeiros arraiais no território que hoje abriga o estado do Tocantins. Natividade e Almas (1734), Arraias e Chapada (1736), Pontal e Porto Real (1738) foram algumas das localidades fundadas. Nos anos 1740, surgiram Conceição, Carmo e Taboca, e, posteriormente, em 1770, Príncipe. Alguns desses arraiais foram extintos, como Pontal, Taboca e Príncipe, enquanto outros resistiram ao declínio da mineração e, no século XIX, evoluíram para vilas e, posteriormente, cidades (Giraldin, 2002; Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

A atividade mineradora desencadeou um significativo influxo de grandes contingentes populacionais para a região, estimulando a formação de diversos núcleos urbanos. Arraiais surgiram a centenas de quilômetros de distância uns dos outros, muitas vezes com vias de comunicação precárias. No entanto, é importante ressaltar que, com exceção da área das minas, o vale do Araguaia e a região extrema ao norte de Porto Nacional até o estreito do Maranhão permaneceram praticamente despovoados. Somente a partir do século XIX, devido ao desenvolvimento da pecuária, a região começaria a receber novos fluxos de ocupação (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

O grande volume de pessoas de diferentes origens e perfis sociais que se dirigiram para as minas resultou em uma composição social bastante heterogênea nos arraiais de mineração. Muitos dos que se aventuraram na mineração tinham como objetivo trabalhar, enriquecer e, depois, retornar às suas regiões de origem. Essa maioria era composta por homens brancos, frequentemente solteiros ou sem suas famílias, o que promoveu a miscigenação com mulheres indígenas e negras escravizadas. No final do século XVIII, os mestiços já constituíam uma parcela significativa da população, e muitos deles foram posteriormente integrados nas atividades comerciais e no serviço militar (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

Com o intuito de facilitar a administração e a aplicação da justiça e, sobretudo, de promover o povoamento e o desenvolvimento da navegação nos rios Tocantins e Araguaia, foi promulgado o Alvará de 18 de março de 1809, que dividiu a capitania de Goiás em duas comarcas: a Comarca do Sul e a Comarca do Norte. Esta última foi denominada Comarca de São João das Duas Barras, o mesmo nome dado à vila que foi estabelecida na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, tornando-se sua sede. O desembargador Joaquim Theotônio Segurado foi nomeado como ouvidor para atuar nessa comarca (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

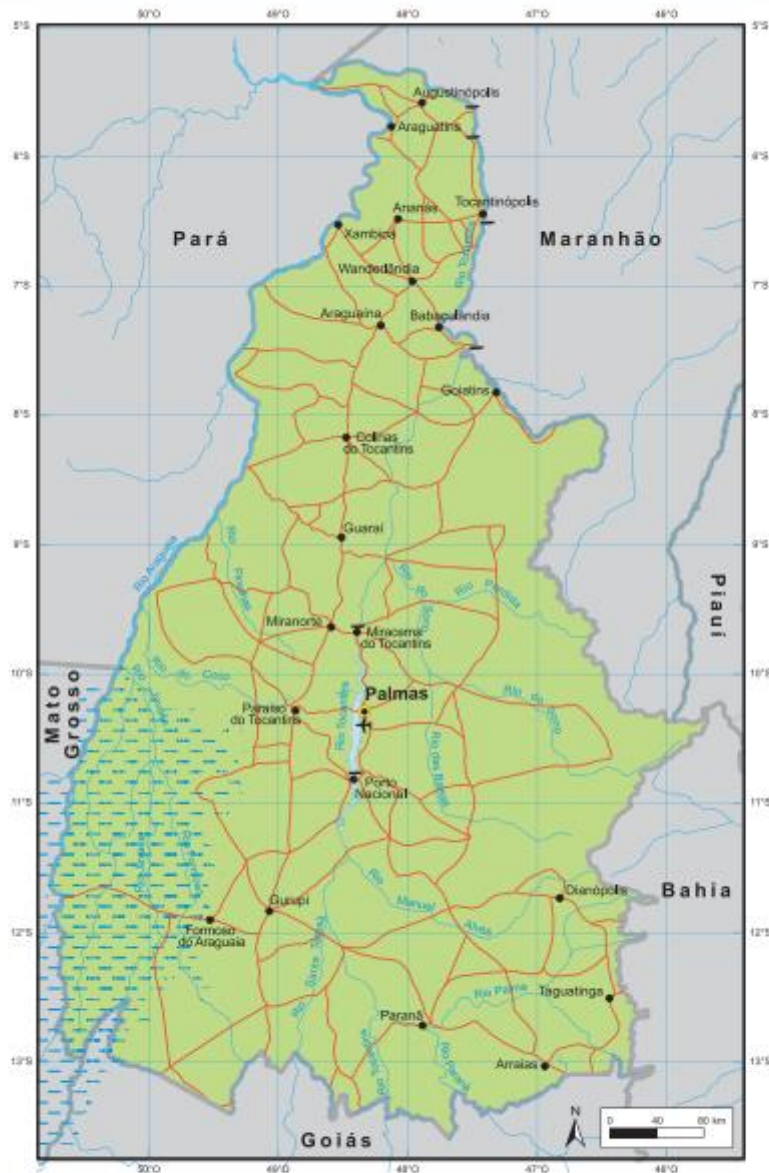
A vila de São João das Duas Barras, apesar de ter recebido o título oficial de vila, nunca chegou a ser construída. O administrador da Comarca do Norte, Theotônio Segurado, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da navegação no Rio Tocantins e no estímulo ao comércio com o Pará. Ele assumiu uma posição de liderança como defensor dos interesses regionais e, quando surgiu a oportunidade, não hesitou em buscar a autonomia política e administrativa para a região (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

A Revolução do Porto em 1820, em Portugal, que defendia a recolonização do Brasil, mobilizou a elite intelectualizada da colônia, especialmente no litoral, em favor da emancipação do país. Em Goiás, essas ideias liberais também influenciaram a tentativa de remover a figura central da dominação portuguesa, o capitão-general Manoel Sampaio. Theotônio Segurado tinha como principal objetivo estabelecer um governo independente na região, não necessariamente em relação à Coroa portuguesa, mas, sim, em relação ao governo do capitão-general da Comarca do Sul. Sua posição não totalmente independente desagradou alguns de seus aliados políticos, levando à retirada de apoio à causa separatista. Em outubro de 1821, ele transferiu a capital para Arraias, o que provocou a oposição e a animosidade dos representantes de Cavalcante. Quando Theotônio Segurado partiu para Lisboa como deputado representante de Goiás na Corte, em janeiro de 1822, a crise interna se agravou ainda mais. (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

Durante o período do Império, duas tentativas significativas de separação da região norte de Goiás para a criação de uma província autônoma são dignas de nota. A primeira ocorreu em 1863, quando o Visconde de Taunay, atuando como deputado pela Província de Goiás propôs a criação da Província da Boa Vista do Tocantins, com a vila capital em Boa Vista (atual Tocantinópolis). Essa proposta, no entanto, não se concretizou. Uma segunda tentativa mais concreta ocorreu em 1889, quando o projeto de Fausto de Souza propôs a redivisão do Império em 40 províncias, incluindo a do Tocantins, que englobaria a região do norte goiano (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

Na década de 1950, foram iniciadas as ligações rodoviárias entre o norte e o sul do estado, impulsionadas pelo governo federal. O objetivo era conectar os transportes terrestres com a navegação fluvial nos principais rios de Goiás. Até então, o transporte na região era realizado por tropas de burros ou carros de bois, percorrendo longas distâncias em estradas precárias. A abertura de rodovias viabilizou uma nova rota para o gado, que passou a ser exportado para Belém e para o Centro-Sul do país (Oliveira, 2019).

A construção de estradas começou a reconfigurar a dinâmica produtiva no futuro estado do Tocantins, demarcando terras na região e promovendo a valorização e especulação fundiária. Um dos elementos-chave para essa mudança econômica foi a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153) na década de 1950. Essa rodovia integrou o norte de Goiás ao mercado nacional e estimulou o crescimento desequilibrado, com investimentos na parte sul gradualmente se irradiando para o norte da região. Esse fenômeno se alinha com os conceitos de encadeamentos para frente e para trás que envolvem efeitos de estímulo nas atividades econômicas relacionadas (Giraldin, 2002; Oliveira, 2019).



Legenda

- Capital de Estado
- Cidade
- Aeroporto
- Porto
- Limite de Estado
- Principais rodovias
- Rios
- Terreno sujeito à inundação



Mapa político do estado do Tocantins. Fonte: IBGE, 2023b.

A criação do estado do Tocantins em 1988 (conforme a figura anterior) marcou um momento histórico, resultado da determinação de várias gerações de líderes e do engajamento da população em busca da independência política da região norte de Goiás, que já era conhecida como Tocantins. Em 15 de novembro de 1988, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás realizou as primeiras eleições para escolher os representantes do Tocantins, coincidindo com as eleições municipais. Foram eleitos o governador, vice-governador, senadores, deputados federais e estaduais. Miracema do Norte, localizada no centro do novo estado, foi temporariamente

designada como a capital. Em 1º de janeiro de 1989, o Tocantins foi oficialmente estabelecido, com a posse do governador José Wilson Siqueira Campos, seu vice Darci Martins Coelho, senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya, além de oito deputados federais e 24 deputados estaduais (Giraldin, 2002; Oliveira, 2019).

Após a instalação, o governador tomou medidas para criar as secretarias de estado e garantir o funcionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como dos tribunais de justiça e de contas. Houve, também, uma alteração nos nomes das cidades do novo estado, que, antes, incluíam “do Norte”, passando a ter “do Tocantins” em sua denominação, como Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Aurora do Tocantins. Em 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do Estado do Tocantins, seguindo o modelo da Constituição Federal.

Nesse processo, foram criados mais 44 municípios, somando-se aos 79 já existentes, totalizando 139 municípios no estado. Outro evento relevante foi a construção da cidade de Palmas, localizada no centro geográfico do estado, a partir de uma área desmembrada do município de Porto Nacional. Essa cidade foi projetada para ser a sede do governo estadual, sendo oficialmente inaugurada em 1º de janeiro de 1990. A criação do estado do Tocantins representou um importante capítulo na história da região e a realização de um longo desejo de independência política.

LEIA-SE:

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ESTADO E SUAS DIFERENTES FASES: PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO

POVOAMENTO E EXPANSÃO ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO OURO, DA NAVEGAÇÃO, DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO E DA AGROPECUÁRIA

O estado de Tocantins, anteriormente parte do estado de Goiás, surgiu como entidade autônoma na data da promulgação da última Constituição brasileira, em 5 de outubro de 1988. Esse território abrange uma extensão territorial de 278.420,7 km². Geograficamente, encontra-se situado a sudoeste da Região Norte do país, fazendo fronteira ao norte com o estado do Maranhão, a leste com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia, ao sul com o estado de Goiás e a oeste com os estados de Mato Grosso e Pará (SECULT-TO, s.d.).

No que diz respeito ao relevo do Tocantins, sua topografia é caracterizada por depressões na maior parte do território. No entanto, nas regiões sul e nordeste, podemos encontrar áreas de planaltos, marcadas por uma notável presença de erosões. Na porção central, predominam vastas e encantadoras planícies. As elevações mais notáveis situam-se a leste e ao sul, onde se destacam as Serras do Estrondo, do Lajeado, do Carmo e do Paraíso, com altitudes médias variando entre 360 e 600 m (Oliveira, 2019; SECULT-TO, s.d.).

Explorar a história do Tocantins vai muito além de simplesmente conhecer sua criação como estado. Envolve também a busca por compreendê-lo dentro do contexto da história geral do Brasil e, principalmente, nas peculiaridades que moldaram sua formação social, resistências e estratégias desenvolvidas pela população diante das adversidades (Oliveira, 2019).

Enquanto os colonizadores portugueses se concentravam nas regiões litorâneas, no século XVII, ingleses, franceses e holandeses começaram a conquistar a Região Norte do Brasil, estabelecendo colônias que serviriam como base para a exploração do interior do país. Os franceses, estabelecidos no forte de São Luís na costa maranhense, iniciaram a exploração dos sertões do Tocantins. Em 1610, coube a eles a descoberta do Rio Tocantins pela sua foz (Giraldin, 2002;

Oliveira, 2019). A efetiva exploração da região ocorreu a partir de 1612 com o estabelecimento da França Equinocial.

O Rio Tocantins desempenhou um papel fundamental na exploração e conhecimento da região onde o atual estado do Tocantins está localizado. Originando-se no Planalto Central de Goiás, o rio atravessa todo o território do Tocantins, fluindo de sul a norte. A colonização da região pelos portugueses teve início em 1615, após terem expulsado os franceses do território. No século XVII, os padres da Companhia de Jesus estabeleceram as aldeias missionárias da Palma (Paraná) e do Duro (Dianópolis), contribuindo para a presença portuguesa e cristianização da população local (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

O norte de Goiás desempenhou um papel crucial na formação do atual estado do Tocantins, uma região que foi interpretada de maneiras distintas ao longo da história. Inicialmente, o termo “norte de Goiás” era usado apenas para indicar a localização geográfica dentro da região das Minas dos Goyazes durante o auge da exploração de ouro no século XVIII, perdurando por mais de dois séculos, até a divisão do estado de Goiás, quando a região norte deu origem ao estado do Tocantins (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

Em um segundo momento, à medida que grandes jazidas de ouro foram descobertas na região, o “norte de Goiás” ganhou fama como uma das áreas mais produtivas em termos de mineração na capitania, uma descoberta que levou a um aumento no controle fiscal e a ações para conter o contrabando, tornando a região alvo de maior vigilância e regulamentação do que outras áreas mineradoras (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

Diante dessas perspectivas, nos primeiros tempos, a região mergulhou em uma espécie de corrida anárquica por ouro, pois a mineração era o “alvo de todos os desejos”. Proprietários, industrialistas e aventureiros convergiam seus esforços e capitais para explorar a mineração.

Inicialmente, as minas de Goiás estavam sob a jurisdição da capitania de São Paulo, sob a condição de intendência, com a capital em Vila Boa. O cargo de superintendente das minas foi atribuído a Bueno, com a missão de “representar e manter a ordem legal e estabelecer o sistema tributário”. Posteriormente, com o declínio da mineração, o norte de Goiás passou a ser visto como um símbolo de atraso econômico e retrocesso social, resultando em um cenário de pobreza para a maior parte da população (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

Entre as décadas de 1730 e 1740, ocorreram as descobertas de ouro na região norte de Goiás, o que levou à formação dos primeiros arraiais no território que hoje abriga o estado do Tocantins. Natividade e Almas (1734), Arraias e Chapada (1736), Pontal e Porto Real (1738) foram algumas das localidades fundadas. Nos anos 1740, surgiram Conceição, Carmo e Taboca, e, posteriormente, em 1770, Príncipe. Alguns desses arraiais foram extintos, como Pontal, Taboca e Príncipe, enquanto outros resistiram ao declínio da mineração e, no século XIX, evoluíram para vilas e, posteriormente, cidades (Giraldin, 2002; Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

A atividade mineradora desencadeou um significativo influxo de grandes contingentes populacionais para a região, estimulando a formação de diversos núcleos urbanos. Arraiais surgiram a centenas de quilômetros de distância uns dos outros, muitas vezes com vias de comunicação precárias. No entanto, é importante ressaltar que, com exceção da área das minas, o vale do Araguaia e a região extrema ao norte de Porto Nacional até o estreito do Maranhão permaneceram praticamente despovoados. Somente a partir do século XIX, devido ao desenvolvimento da pecuária, a região começaria a receber novos fluxos de ocupação (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

O grande volume de pessoas de diferentes origens e perfis sociais que se dirigiram para as minas resultou em uma composição social bastante heterogênea nos arraiais de mineração. Muitos dos que se aventuraram na mineração tinham como objetivo trabalhar, enriquecer e, depois, retornar

às suas regiões de origem. Essa maioria era composta por homens brancos, frequentemente solteiros ou sem suas famílias, o que promoveu a miscigenação com mulheres indígenas e negras escravizadas. No final do século XVIII, os mestiços já constituíam uma parcela significativa da população, e muitos deles foram posteriormente integrados nas atividades comerciais e no serviço militar (Giraldin, 2002; SECULT-TO, 2023).

Com o intuito de facilitar a administração e a aplicação da justiça e, sobretudo, de promover o povoamento e o desenvolvimento da navegação nos rios Tocantins e Araguaia, foi promulgado o Alvará de 18 de março de 1809, que dividiu a capitania de Goiás em duas comarcas: a Comarca do Sul e a Comarca do Norte. Esta última foi denominada Comarca de São João das Duas Barras, o mesmo nome dado à vila que foi estabelecida na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, tornando-se sua sede. O desembargador Joaquim Theotônio Segurado foi nomeado como ouvidor para atuar nessa comarca (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

A vila de São João das Duas Barras, apesar de ter recebido o título oficial de vila, nunca chegou a ser construída. O administrador da Comarca do Norte, Theotônio Segurado, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da navegação no Rio Tocantins e no estímulo ao comércio com o Pará. Ele assumiu uma posição de liderança como defensor dos interesses regionais e, quando surgiu a oportunidade, não hesitou em buscar a autonomia política e administrativa para a região (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

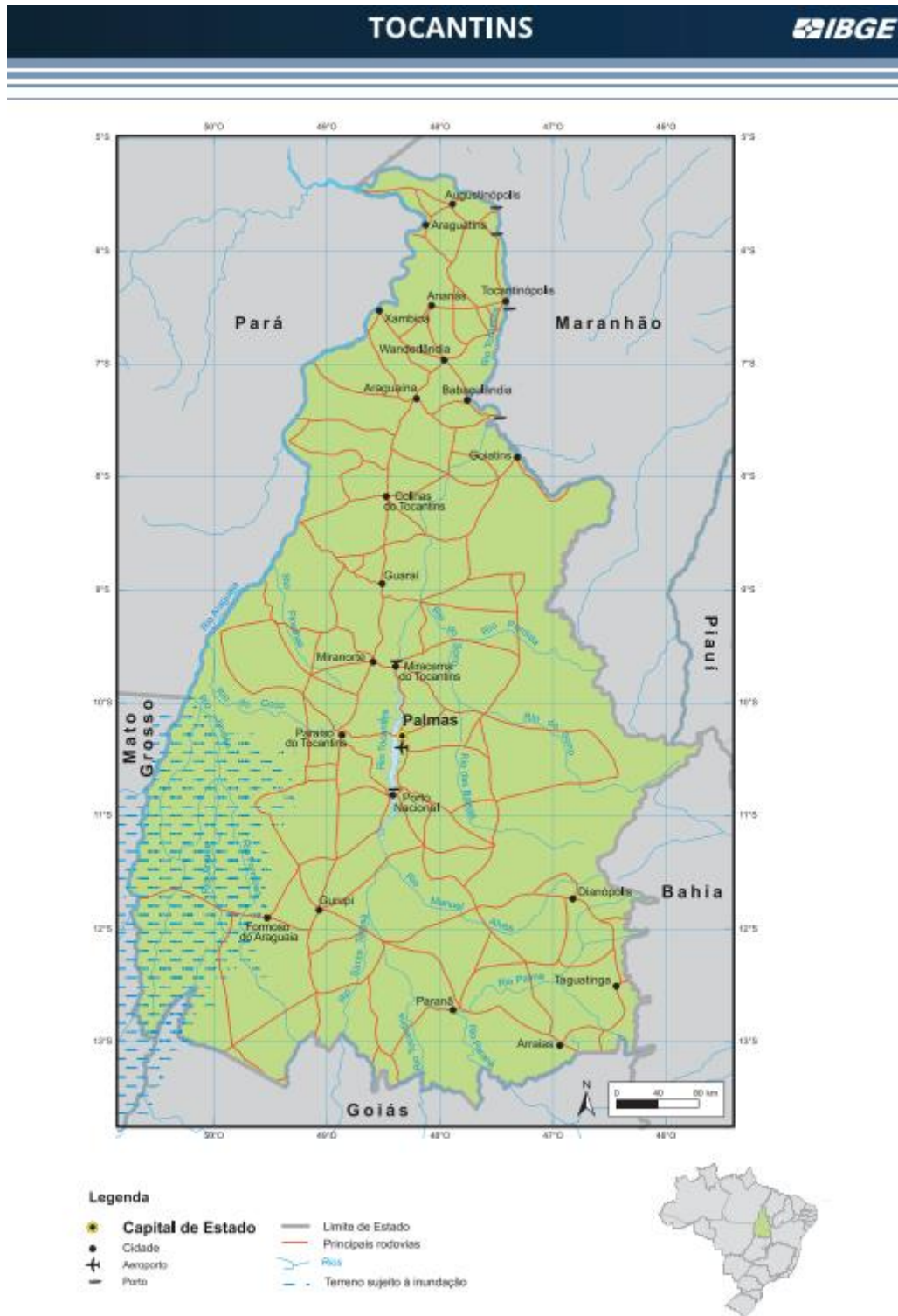
A Revolução do Porto em 1820, em Portugal, que defendia a recolonização do Brasil, mobilizou a elite intelectualizada da colônia, especialmente no litoral, em favor da emancipação do país. Em Goiás, essas ideias liberais também influenciaram a tentativa de remover a figura central da dominação portuguesa, o capitão-general Manoel Sampaio. Theotônio Segurado tinha como principal objetivo estabelecer um governo independente na região, não necessariamente em relação à Coroa portuguesa, mas, sim, em relação ao governo do capitão-general da Comarca do Sul. Sua posição não totalmente independente desagradou alguns de seus aliados políticos, levando à retirada de apoio à causa separatista. Em outubro de 1821, ele transferiu a capital para Arraias, o que provocou a oposição e a animosidade dos representantes de Cavalcante. Quando Theotônio Segurado partiu para Lisboa como deputado representante de Goiás na Corte, em janeiro de 1822, a crise interna se agravou ainda mais. (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

Durante o período do Império, duas tentativas significativas de separação da região norte de Goiás para a criação de uma província autônoma são dignas de nota. A primeira ocorreu em 1863, quando o Visconde de Taunay, atuando como deputado pela Província de Goiás propôs a criação da Província da Boa Vista do Tocantins, com a vila capital em Boa Vista (atual Tocantinópolis). Essa proposta, no entanto, não se concretizou. Uma segunda tentativa mais concreta ocorreu em 1889, quando o projeto de Fausto de Souza propôs a redivisão do Império em 40 províncias, incluindo a do Tocantins, que englobaria a região do norte goiano (Oliveira, 2019; SECULT-TO, 2023).

Na década de 1950, foram iniciadas as ligações rodoviárias entre o norte e o sul do estado, impulsionadas pelo governo federal. O objetivo era conectar os transportes terrestres com a navegação fluvial nos principais rios de Goiás. Até então, o transporte na região era realizado por tropas de burros ou carros de bois, percorrendo longas distâncias em estradas precárias. A abertura de rodovias viabilizou uma nova rota para o gado, que passou a ser exportado para Belém e para o Centro-Sul do país (Oliveira, 2019).

A construção de estradas começou a reconfigurar a dinâmica produtiva no futuro estado do Tocantins, demarcando terras na região e promovendo a valorização e especulação fundiária. Um dos elementos-chave para essa mudança econômica foi a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153) na década de 1950. Essa rodovia integrou o norte de Goiás ao mercado nacional e estimulou o crescimento desequilibrado, com investimentos na parte sul gradualmente se

irradiando para o norte da região. Esse fenômeno se alinha com os conceitos de encadeamentos para frente e para trás que envolvem efeitos de estímulo nas atividades econômicas relacionadas (Giraldin, 2002; Oliveira, 2019).



Mapa político do estado do Tocantins. Fonte: IBGE, 2023b.

A criação do estado do Tocantins em 1988 (conforme a figura anterior) marcou um momento histórico, resultado da determinação de várias gerações de líderes e do engajamento da população em busca da independência política da região norte de Goiás, que já era conhecida como Tocantins. Em 15 de novembro de 1988, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás realizou as

primeiras eleições para escolher os representantes do Tocantins, coincidindo com as eleições municipais. Foram eleitos o governador, vice-governador, senadores, deputados federais e estaduais. Miracema do Norte, localizada no centro do novo estado, foi temporariamente designada como a capital. Em 1º de janeiro de 1989, o Tocantins foi oficialmente estabelecido, com a posse do governador José Wilson Siqueira Campos, seu vice Darci Martins Coelho, senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya, além de oito deputados federais e 24 deputados estaduais (Giraldin, 2002; Oliveira, 2019).

Após a instalação, o governador tomou medidas para criar as secretarias de estado e garantir o funcionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como dos tribunais de justiça e de contas. Houve, também, uma alteração nos nomes das cidades do novo estado, que, antes, incluíam “do Norte”, passando a ter “do Tocantins” em sua denominação, como Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Aurora do Tocantins. Em 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do Estado do Tocantins, seguindo o modelo da Constituição Federal.

Nesse processo, foram criados mais 44 municípios, somando-se aos 79 já existentes, totalizando 139 municípios no estado. Outro evento relevante foi a construção da cidade de Palmas, localizada no centro geográfico do estado, a partir de uma área desmembrada do município de Porto Nacional. Essa cidade foi projetada para ser a sede do governo estadual, sendo oficialmente inaugurada em 1º de janeiro de 1990. A criação do estado do Tocantins representou um importante capítulo na história da região e a realização de um longo desejo de independência política.

Página 119

ONDE SE LÊ:

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E MOVIMENTOS POLÍTICOS

Palmas, a capital do estado de Tocantins, é uma cidade que encanta os visitantes com suas diversas atrações turísticas. Entre elas, destacam-se as belas e tranquilas praias fluviais, sendo a Praia da Graciosa, a apenas 10 km do centro da cidade, um dos principais destaques. Essa praia possui uma infraestrutura completa que garante a comodidade dos frequentadores (SECULT-TO, s.d.).

Além das praias, a cidade oferece a Reserva Ecológica da Serra do Lajeado, situada a 18 km do centro. Essa reserva de 1.500 km² é caracterizada pela diversidade ambiental que combina elementos da Caatinga, do Cerrado e da Floresta Tropical Úmida. Ela também é famosa por suas cachoeiras, como a do Roncador e a do Brejo da Lagoa, ambas impressionantes com 70 m de altura (SECULT-TO, s.d.).

A arquitetura da cidade, com seu estilo contemporâneo, lembra a de Brasília, e um exemplo notável é o Palácio Araguaia, sede do governo e cartão de visitas da capital. Embora o setor de restaurantes, bares e casas noturnas ainda seja pouco explorado, oferece opções razoáveis para os turistas. Quanto à infraestrutura hoteleira, Palmas conta atualmente com sete estabelecimentos, totalizando 425 acomodações (SECULT-TO, s.d.).

A Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do Brasil, é uma joia natural. Descoberta em julho de 1773, a ilha inicialmente era chamada de Santana devido aos extensos bananais em seu território, mas, posteriormente, recebeu o nome de Bananal. Com uma área de mais de dois milhões de hectares, a ilha é formada pelos rios Araguaia e Javaés e dividida em duas partes. A primeira, ao norte, é o Parque Nacional do Araguaia, que abrange quase toda a área da ilha. A outra é o Parque Indígena do Araguaia, criado em 1971, que abriga 1.700 indígenas das tribos Javaés e Carajás, com uma

flora típica do Cerrado e da Floresta Amazônica, além de uma rica diversidade de fauna (SECULT-TO, s.d.).

Araguaína, conhecida como a “Capital do Boi Gordo”, se desenvolveu a partir da construção da rodovia Belém-Brasília na década de 1970. É a cidade mais populosa do estado e está prestes a implantar uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), localizada a 384 km da capital, Palmas. Xambioá, situada no extremo norte do estado, a 502 km de Palmas, é uma cidade tranquila às margens do Rio Araguaia, conhecida por suas extensas praias e diversas ilhas fluviais, como a ilha do Paletó e a ilha do Campo (SECULT-TO, s.d.).

Natividade, localizada a 218 km ao sul da capital, é uma cidade histórica que remonta ao século XVIII. Foi a sede provisória da comarca do Norte de Goiás e é tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional desde 1984. Seu centro histórico preserva a arquitetura colonial de influência portuguesa e francesa, sendo considerado o acervo arquitetônico mais importante e bem conservado de Tocantins (SECULT-TO, s.d.).

Tocantins também abriga uma significativa população indígena, estimada em 5.275 indivíduos de sete grupos distintos, ocupando uma área de mais de dois milhões de hectares. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) já demarcou cerca de 630.948 hectares dessas terras. O grupo mais numeroso é o dos Krahôs, com 1.280 habitantes, enquanto os Xerentes representam o segundo maior grupo, com 1.135 habitantes. Eles habitam áreas já demarcadas pela FUNAI, contribuindo para a preservação da cultura indígena e da rica biodiversidade da região (SECULT-TO, s.d.).

LEIA-SE:

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E MOVIMENTOS POLÍTICOS

Palmas, a capital do estado de Tocantins, é uma cidade que encanta os visitantes com suas diversas atrações turísticas. Entre elas, destacam-se as belas e tranquilas praias fluviais, sendo a Praia da Graciosa, a apenas 10 km do centro da cidade, um dos principais destaques. Essa praia possui uma infraestrutura completa que garante a comodidade dos frequentadores (SECULT-TO, s.d.).

Além das praias, a cidade oferece a Reserva Ecológica da Serra do Lajeado, situada a 18 km do centro. Essa reserva de 1.500 km² é caracterizada pela diversidade ambiental que combina elementos da Caatinga, do Cerrado e da Floresta Tropical Úmida. Ela também é famosa por suas cachoeiras, como a do Roncador e a do Brejo da Lagoa, ambas impressionantes com 70 m de altura (SECULT-TO, s.d.).

A arquitetura da cidade, com seu estilo contemporâneo, lembra a de Brasília, e um exemplo notável é o Palácio Araguaia, sede do governo e cartão de visitas da capital. Embora o setor de restaurantes, bares e casas noturnas ainda seja pouco explorado, oferece opções razoáveis para os turistas. Quanto à infraestrutura hoteleira, Palmas conta, atualmente, com uma grande variedade de opções para hospedagem, incluindo categorias econômicas até quartos de luxo (SECULT-TO, s.d.).

A Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do Brasil, é uma joia natural. Descoberta em julho de 1773, a ilha inicialmente era chamada de Santana devido aos extensos bananais em seu território, mas, posteriormente, recebeu o nome de Bananal. Com uma área de mais de dois milhões de hectares, a ilha é formada pelos rios Araguaia e Javaés e dividida em duas partes. A primeira, ao norte, é o Parque Nacional do Araguaia, que abrange quase toda a área da ilha. A outra é o Parque Indígena

do Araguaia, com uma flora típica do Cerrado e da Floresta Amazônica, além de uma rica diversidade de fauna (SECULT-TO, s.d.).

Araguaína, conhecida como a “Capital do Boi Gordo”, se desenvolveu a partir da construção da rodovia Belém-Brasília na década de 1970. É uma das cidades mais populosas do estado — a segunda, até então — e está prestes a implantar uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), localizada a 384 km da capital, Palmas. Xambioá, situada no extremo norte do estado, a 502 km de Palmas, é uma cidade tranquila às margens do Rio Araguaia, conhecida por suas extensas praias e diversas ilhas fluviais, como a ilha do Paletó e a ilha do Campo (SECULT-TO, s.d.).

Natividade, localizada a 218 km ao sul da capital, é uma cidade histórica que remonta ao século XVIII. Foi a sede provisória da comarca do Norte de Goiás e é tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional desde 1984. Seu centro histórico preserva a arquitetura colonial de influência portuguesa e francesa, sendo considerado o acervo arquitetônico mais importante e bem conservado de Tocantins (SECULT-TO, s.d.).

O estado também abriga uma significativa população indígena, estimada em mais de 20 mil indivíduos autodeclarados (T1 Notícias, 2023). Eles habitam áreas já demarcadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), contribuindo para a preservação da cultura indígena e da rica biodiversidade da região (SECULT-TO, s.d.).

Página 119

ONDE SE LÊ:

A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA FEDERAL BR-153 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA E SOCIEDADE TOCANTINENSES

A construção da BR-153, também conhecida como Rodovia Transbrasiliana, se estende por aproximadamente 4.400 km, ligando as regiões Norte e Sul do país, atravessando diversos estados. Sua construção ocorreu ao longo de décadas, iniciando-se nos anos 1950 e se estendendo até os anos 1980.

A BR-153 foi projetada para promover a integração econômica e o desenvolvimento das regiões que corta, permitindo o escoamento de produtos agrícolas e industriais, inaugurando uma nova fase de colonização no centro do país. A partir desse ponto, as terras se tornaram alvos de apropriação por meio de práticas ilegais. Uma dessas práticas envolvia a falsificação de títulos de propriedade registrados nos cartórios municipais, o que pressionava os agricultores a cederem as áreas cultiváveis para grandes empreendimentos (Mello, 2006).

As cidades e vilas ribeirinhas da futura área que se tornaria o estado do Tocantins foram afetadas pela construção da rodovia Belém-Brasília, resultando na migração de pessoas para as grandes cidades do Planalto Central, como Anápolis, Goiânia e Brasília, bem como para os centros urbanos que surgiram durante e após a conclusão da obra, incluindo Araguaína, Colinas, Guarai, Miranorte, Paraíso, Gurupi, Alvorada, Figueirópolis, Fátima, Presidente Kennedy, Nova Olinda e Wanderlândia (Souza, 2002).

LEIA-SE:

A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA FEDERAL BR-153 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA E SOCIEDADE TOCANTINENSES

A BR-153 também é conhecida como Rodovia Transbrasiliana, sendo uma das maiores do país. Ela se estende por aproximadamente 3.585 km², ligando as regiões Norte e Sul do país, de Marabá (PA) até Açu (RS), atravessando diversos estados. Sua construção ocorreu ao longo de décadas, iniciando-se nos anos 1950 e se estendendo até os anos 1980.

A BR-153 foi projetada para promover a integração econômica e o desenvolvimento das regiões que corta, permitindo o escoamento de produtos agrícolas e industriais, inaugurando uma nova fase de ocupação no centro do país. A partir desse ponto, as terras se tornaram alvos de apropriação por meio de práticas ilegais. Uma dessas práticas envolvia a falsificação de títulos de propriedade registrados nos cartórios municipais, o que pressionava os agricultores a cederem as áreas cultiváveis para grandes empreendimentos (Mello, 2006).

As cidades e vilas ribeirinhas da futura área que se tornaria o estado do Tocantins foram afetadas pela construção da rodovia Belém-Brasília, resultando na migração de pessoas para as grandes cidades do Planalto Central, como Anápolis, Goiânia e Brasília, bem como para os centros urbanos que surgiram durante e após a conclusão da obra, incluindo Araguaína, Colinas, Guaraí, Miranorte, Paraíso, Gurupi, Alvorada, Figueirópolis, Fátima, Presidente Kennedy, Nova Olinda e Wanderlândia (Souza, 2002).

Página 122

ONDE SE LÊ:

URBANIZAÇÃO

Matriz Produtiva, Matriz Energética, Matriz de Transporte e Unidades de Conservação

O estado do Tocantins é caracterizado por um setor produtivo diversificado, abrangendo variadas cadeias e arranjos produtivos. O comércio e a agropecuária desempenham um papel fundamental na economia tocantinense, e ambos estão experimentando um notável crescimento, tanto para atender à demanda interna quanto para expandir suas operações no mercado externo (CODEVASF, 2021; SEPLAN-TO, 2017).

O agronegócio tem sido um grande impulsionador da economia do Tocantins, registrando recordes consecutivos de hipersuperávits primários. A soja é uma das principais commodities agrícolas produzidas, e a carne bovina também desempenha um papel de destaque na agropecuária estadual. Nesse contexto, o Tocantins ostenta um PIB industrial de R\$ 3,8 bilhões, contribuindo com 0,3% da indústria nacional (CODEVASF, 2021).

O estado abriga 11 distritos agroindustriais que estão em franca expansão. Esses distritos estão localizados nas cidades-polo de Palmas, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Araguaína, Colinas e Porto Nacional, que também são as mais populosas do estado. Essas cidades oferecem uma infraestrutura adequada para a instalação de diversos tipos de indústrias, incluindo energia elétrica, vias asfaltadas e redes de água (SEPLAN-TO, 2017).

Em termos de produto interno bruto, o Tocantins se destaca na Região Norte do país, ocupando o quarto lugar nesse quesito e o 24º lugar no ranking nacional. Além disso, quando se trata da taxa de crescimento anual, o estado lidera o ranking nacional. Enquanto a média da taxa de crescimento nacional foi de 27,5% no período entre 2002 e 2009, e a Região Norte alcançou 39,3%, o Tocantins superou esses números, registrando uma média de 52,6% nos últimos oito anos. Assim,

o Tocantins se destaca como um estado com um setor produtivo dinâmico, impulsionado pelo agronegócio e com uma infraestrutura favorável ao desenvolvimento industrial, contribuindo significativamente para a economia da Região Norte e do país como um todo (CODEVASF, 2021; IBGE, 2019b).

De acordo com a mais recente pesquisa divulgada pelo IBGE, o Tocantins experimentou um notável crescimento de 69,8% no ranking das vendas do comércio varejista no período de 2007 a 2010. Esse índice representa mais do que o dobro da média nacional, que foi de 32,5% segundo a análise estadual da Pesquisa Anual do Comércio (IBGE, 2019b).

O estado do Tocantins é naturalmente vocacionado para o agronegócio (conforme tabela posterior), destacando-se como uma das últimas fronteiras agrícolas do país, especialmente na região do MATOPIBA¹, que oferece cerca de sete milhões de hectares de terras cultiváveis. No setor privado, a agropecuária desempenha um papel crucial na economia, representando 72,6% das economias municipais do estado e servindo como a principal fonte de receita para 101 dos 139 municípios. Essa vocação agrícola é sustentada pela disponibilidade de água, terras férteis, um período chuvoso bem definido e uma topografia favorável, todos contribuindo para o florescimento do setor agropecuário no Tocantins (CODEVASF, 2021).

Estudos realizados pela Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) destacam as principais cadeias produtivas do agronegócio do estado, incluindo a cadeia do arroz, da carne bovina, da piscicultura, da silvicultura, da soja, do milho, da avicultura, dos lácteos e da suinocultura, todas elas desempenhando papéis de destaque na economia do Tocantins (CODEVASF, 2021; SECULT-TO, 2023).

INDICADOR	DADOS/INFORMAÇÕES
Rebanho bovino	<p>11º maior rebanho do país</p> <p>Área de pastagem: 7.783.000 hectares (28% do território)</p> <p>Predominância no oeste do Tocantins</p> <p>Principais municípios com rebanho em 2016:</p> <p>Araguaçu</p> <p>Araguaína</p> <p>Formoso do Araguaia</p> <p>Peixe</p> <p>Pium</p> <p>Arraias</p> <p>Sandolândia</p> <p>Dois Irmãos do Tocantins</p> <p>Dueré</p>

¹ Acrônimo que dá nome à região que se estende pelos territórios dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia.

INDICADOR	DADOS/INFORMAÇÕES
	<p>Bandeirantes do Tocantins</p> <p>Miracema do Tocantins</p>
<p>Produção de peixes</p>	<p>15º maior produtor do país</p> <p>Produtividade média em 2016: 9.544.222 kg</p> <p>Crescimento médio 2013–2016: 31,5%</p>
<p>Produção de soja e milho</p>	<p>Representam 2% e 1% do total nacional, respectivamente</p>
<p>Área produtiva</p>	<p>Setor de grãos representa 94% da produção estadual</p> <p>Principais culturas: soja (72%), milho (14%), amendoim (10%), outras (4%), mandioca (2%), cana-de-açúcar (4%)</p> <p>Total: cerca de 28 milhões de hectares</p> <p>Agricultura: 1,2 milhão de hectares (grãos)</p> <p>Pastagem: oito milhões de hectares</p> <p>Cadeias produtivas: 14 milhões de hectares (mandioca e cana-de-açúcar)</p>

A região de influência do arranjo populacional de Palmas apresenta uma série de características econômicas e demográficas que merecem destaque. Localizada no estado do Tocantins, essa região tem se destacado em diversos aspectos, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Em termos de população, a região abriga uma significativa quantidade de pessoas, totalizando 1.665.221 habitantes em 2018. Embora represente apenas 0,8% da população nacional, é importante notar que essa cifra está em constante crescimento, indicando um aumento na atratividade e qualidade de vida na área (IBGE, 2020).

Quando se trata de área territorial, a região de influência do arranjo populacional de Palmas abrange uma extensa área de 330.532 km², o que corresponde a 3,9% do território brasileiro (IBGE, 2020). Isso demonstra o potencial de expansão e desenvolvimento que a região possui, com vastas áreas disponíveis para diferentes tipos de atividades econômicas.

A densidade demográfica é relativamente baixa, com uma média de cinco habitantes por quilômetro quadrado. No entanto, essa densidade varia significativamente, com algumas áreas urbanas mais densamente povoadas e outras mais rurais, refletindo uma distribuição desigual da população na região (IBGE, 2020).

A presença de 123 cidades na região de influência do arranjo populacional de Palmas é um indicador importante de descentralização urbana e oportunidades de desenvolvimento local. Em relação ao produto interno bruto, a região contribuiu com R\$ 34.278.818.000 em 2016, o que representa 0,5% do PIB nacional. Notavelmente, o setor de serviços é responsável pelo maior valor adicionado, seguido pela indústria e agropecuária. Isso indica uma economia diversificada e em crescimento. (IBGE, 2020).

Outro ponto interessante é a participação da Administração Pública, que contribui significativamente para o PIB regional, refletindo a importância de órgãos governamentais e serviços públicos na região. O PIB *per capita*, que representa a renda média por habitante, é de R\$ 20.585 na região de influência do arranjo populacional de Palmas, superando a média nacional em 68,5%. Isso sugere um nível de renda relativamente mais elevado na área, o que pode contribuir para um maior padrão de vida (IBGE, 2020).

Além disso, a região de influência de Palmas é composta por diversos centros urbanos, como Araguaína, Gurupi, Tocantinópolis, Porto Franco, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Colinas do Tocantins, Conceição do Araguaia, Confresa, Dianópolis, Guaraí, Pedro Afonso, São Geraldo do Araguaia, Natividade, Palmeirópolis e Vila Rica, que desempenham papéis importantes na economia e no desenvolvimento regional (IBGE, 2020).

Em resumo, a região de influência do Arranjo Populacional de Palmas destaca-se como uma área em crescimento, com uma economia diversificada, alto PIB *per capita* e um papel fundamental no contexto nacional. Com um vasto território e potencial de expansão, essa região continua a atrair investimentos e oportunidades para seus habitantes e empresas (IBGE, 2020).

LEIA-SE:

URBANIZAÇÃO

Matriz Produtiva, Matriz Energética, Matriz de Transporte e Unidades de Conservação

O estado do Tocantins é caracterizado por um setor produtivo diversificado, abrangendo variadas cadeias e arranjos produtivos. O comércio e a agropecuária desempenham um papel fundamental na economia tocaninense, e ambos estão experimentando um notável crescimento, tanto para atender à demanda interna quanto para expandir suas operações no mercado externo (CODEVASF, 2021; SEPLAN-TO, 2017).

O agronegócio tem sido um grande impulsionador da economia do Tocantins, registrando recordes consecutivos de hipersuperávits primários. A soja é uma das principais commodities agrícolas produzidas, e a carne bovina também desempenha um papel de destaque na agropecuária estadual. Nesse contexto, o Tocantins ostenta um PIB industrial de R\$ 3,8 bilhões, contribuindo com 0,3% da indústria nacional (CODEVASF, 2021).

O estado abriga 11 distritos agroindustriais que estão em franca expansão. Esses distritos estão localizados nas cidades-polo de Palmas, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Araguaína, Colinas e Porto Nacional, que também são as mais populosas do estado. Essas cidades oferecem uma infraestrutura adequada para a instalação de diversos tipos de indústrias, incluindo energia elétrica, vias asfaltadas e redes de água (SEPLAN-TO, 2017).

Em termos de produto interno bruto, o Tocantins se destaca na Região Norte do país, ocupando o quarto lugar nesse quesito e o 24º lugar no ranking nacional, entre outras unidades federativas. Além disso, quando se trata da taxa de crescimento anual, o estado lidera o ranking nacional. Enquanto a média da taxa de crescimento nacional foi de 27,5% no período entre 2002 e 2009, e a Região Norte alcançou 39,3%, o Tocantins superou esses números, registrando uma média de 52,6% nos últimos oito anos. Assim, o Tocantins se destaca como um estado com um setor produtivo dinâmico, impulsionado pelo agronegócio e com uma infraestrutura favorável ao desenvolvimento industrial, contribuindo significativamente para a economia da Região Norte e do país como um todo (CODEVASF, 2021; IBGE, 2019b).

De acordo com a mais recente pesquisa divulgada pelo IBGE, o Tocantins experimentou um notável crescimento de 69,8% no ranking das vendas do comércio varejista no período de 2007 a 2010. Esse índice representa mais do que o dobro da média nacional, que foi de 32,5% segundo a análise estadual da Pesquisa Anual do Comércio (IBGE, 2019b).

O estado do Tocantins é naturalmente vocacionado para o agronegócio (conforme tabela posterior), destacando-se como uma das últimas fronteiras agrícolas do país, especialmente na região do MATOPIBA², que oferece cerca de sete milhões de hectares de terras cultiváveis. No setor privado, a agropecuária desempenha um papel crucial na economia, representando 72,6% das economias municipais do estado e servindo como a principal fonte de receita para 101 dos 139 municípios. Essa vocação agrícola é sustentada pela disponibilidade de água, terras férteis, um período chuvoso bem definido e uma topografia favorável, todos contribuindo para o florescimento do setor agropecuário no Tocantins (CODEVASF, 2021).

Estudos realizados pela Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) destacam as principais cadeias produtivas do agronegócio do estado, incluindo a cadeia do arroz, da carne bovina, da piscicultura, da silvicultura, da soja, do milho, da avicultura, dos lácteos e da suinocultura, todas elas desempenhando papéis de destaque na economia do Tocantins (CODEVASF, 2021; SECULT-TO, 2023).

INDICADOR	DADOS/INFORMAÇÕES
Rebanho bovino	<p>11º maior rebanho do país</p> <p>Área de pastagem: 7.783.000 hectares (28% do território)</p> <p>Predominância no oeste do Tocantins</p> <p>Principais municípios com rebanho em 2016:</p> <p>Araguaçu</p> <p>Araguaína</p> <p>Formoso do Araguaia</p> <p>Peixe</p>

² Acrônimo que dá nome à região que se estende pelos territórios dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia.

INDICADOR	DADOS/INFORMAÇÕES
	<p>Pium</p> <p>Arraias</p> <p>Sandolândia</p> <p>Dois Irmãos do Tocantins</p> <p>Dueré</p> <p>Bandeirantes do Tocantins</p> <p>Miracema do Tocantins</p>
Produção de peixes	<p>15º maior produtor do país</p> <p>Produtividade média em 2016: 9.544.222 kg</p> <p>Crescimento médio 2013–2016: 31,5%</p>
Produção de soja e milho	<p>Representam 2% e 1% do total nacional, respectivamente</p>
Área produtiva	<p>Setor de grãos representa 94% da produção estadual</p> <p>Principais culturas: soja (72%), milho (14%), amendoim (10%), outras (4%), mandioca (2%), cana-de-açúcar (4%)</p> <p>Total: cerca de 28 milhões de hectares</p> <p>Agricultura: 1,2 milhão de hectares (grãos)</p> <p>Pastagem: oito milhões de hectares</p> <p>Cadeias produtivas: 14 milhões de hectares (mandioca e cana-de-açúcar)</p>

A região de influência do arranjo populacional de Palmas apresenta uma série de características econômicas e demográficas que merecem destaque. Localizada no estado do Tocantins, essa região tem se destacado em diversos aspectos, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Em termos de população, a região abriga uma significativa quantidade de pessoas, totalizando 1.665.221 habitantes em 2018. Embora represente apenas 0,8% da população nacional, é importante notar que essa cifra está em constante crescimento, indicando um aumento na atratividade e qualidade de vida na área (IBGE, 2020).

Quando se trata de área territorial, a região de influência do arranjo populacional de Palmas abrange uma extensa área de 330.532 km², o que corresponde a 3,9% do território brasileiro (IBGE, 2020). Isso demonstra o potencial de expansão e desenvolvimento que a região possui, com vastas áreas disponíveis para diferentes tipos de atividades econômicas.

A densidade demográfica é relativamente baixa, com uma média de cinco habitantes por quilômetro quadrado. No entanto, essa densidade varia significativamente, com algumas áreas urbanas mais densamente povoadas e outras mais rurais, refletindo uma distribuição desigual da população na região (IBGE, 2020).

A presença de 123 cidades na região de influência do arranjo populacional de Palmas é um indicador importante de descentralização urbana e oportunidades de desenvolvimento local. Em relação ao produto interno bruto, a região contribuiu com R\$ 34.278.818.000 em 2016, o que representa 0,5% do PIB nacional. Notavelmente, o setor de serviços é responsável pelo maior valor adicionado, seguido pela indústria e agropecuária. Isso indica uma economia diversificada e em crescimento. (IBGE, 2020).

Outro ponto interessante é a participação da Administração Pública, que contribui significativamente para o PIB regional, refletindo a importância de órgãos governamentais e serviços públicos na região. O PIB per capita, que representa a renda média por habitante, é de R\$ 20.585 na região de influência do arranjo populacional de Palmas, superando a média nacional em 68,5%. Isso sugere um nível de renda relativamente mais elevado na área, o que pode contribuir para um maior padrão de vida (IBGE, 2020).

Além disso, a região de influência de Palmas é composta por diversos centros urbanos, como Araguaína, Gurupi, Tocantinópolis, Porto Franco, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Colinas do Tocantins, Conceição do Araguaia, Confresa, Dianópolis, Guaraí, Pedro Afonso, São Geraldo do Araguaia, Natividade, Palmeirópolis e Vila Rica, que desempenham papéis importantes na economia e no desenvolvimento regional (IBGE, 2020).

Em resumo, a região de influência do Arranjo Populacional de Palmas destaca-se como uma área em crescimento, com uma economia diversificada, alto PIB per capita e um papel fundamental no contexto nacional. Com um vasto território e potencial de expansão, essa região continua a atrair investimentos e oportunidades para seus habitantes e empresas (IBGE, 2020).

Página 130

ONDE SE LÊ:

HIDROGRAFIA

O estado do Tocantins, com uma área física de 277.721 km², é habitado por uma população estimada em 1.511.459 habitantes, de acordo com dados do IBGE de 2022. Essa vasta extensão

territorial é dividida em 139 municípios, tornando-o um estado com significativa diversidade geográfica e populacional. Além disso, é importante destacar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Tocantins, que atingiu a marca de 0,699 em 2010, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um indicador que reflete o nível de desenvolvimento social e econômico da região (ANA, 2023).

No âmbito da gestão de recursos hídricos, o estado possui uma Política Estadual de Recursos Hídricos, regulamentada pela Lei nº 1.307, de 22 de março de 2002. O Capítulo IV dessa legislação é dedicado às águas subterrâneas, ressaltando a importância da preservação desse recurso. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/TO) desempenha um papel crucial na gestão hídrica do Tocantins. Sua criação se deu por meio do Decreto nº 687, de 22 de julho de 1998, e sua regulamentação é estabelecida pela Lei nº 2.097, de 13 de julho de 2009 (ANA, 2023).

Para viabilizar a implementação das políticas hídricas, foi instituído o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, conforme estabelecido na Lei nº 2.089, de 9 de julho de 2009, denominado FERH/TO. O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-TO), aprovado pelo CERH em 7 de dezembro de 2011, define as diretrizes e metas para a gestão sustentável dos recursos hídricos no estado (ANA, 2023).

Dica

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), criada pela Lei nº 1, de janeiro de 2015, é o órgão responsável pela gestão eficaz dos recursos hídricos no Tocantins. Para obter informações detalhadas sobre o funcionamento desse órgão, visite o site <http://semarh.to.gov.br/>.

Além disso, o Tocantins conta com a atuação de seis comitês estaduais de bacias hidrográficas (figura seguinte), que desempenham um papel fundamental na preservação e gestão das bacias fluviais da região, garantindo o uso sustentável dos recursos hídricos (ANA, 2023).



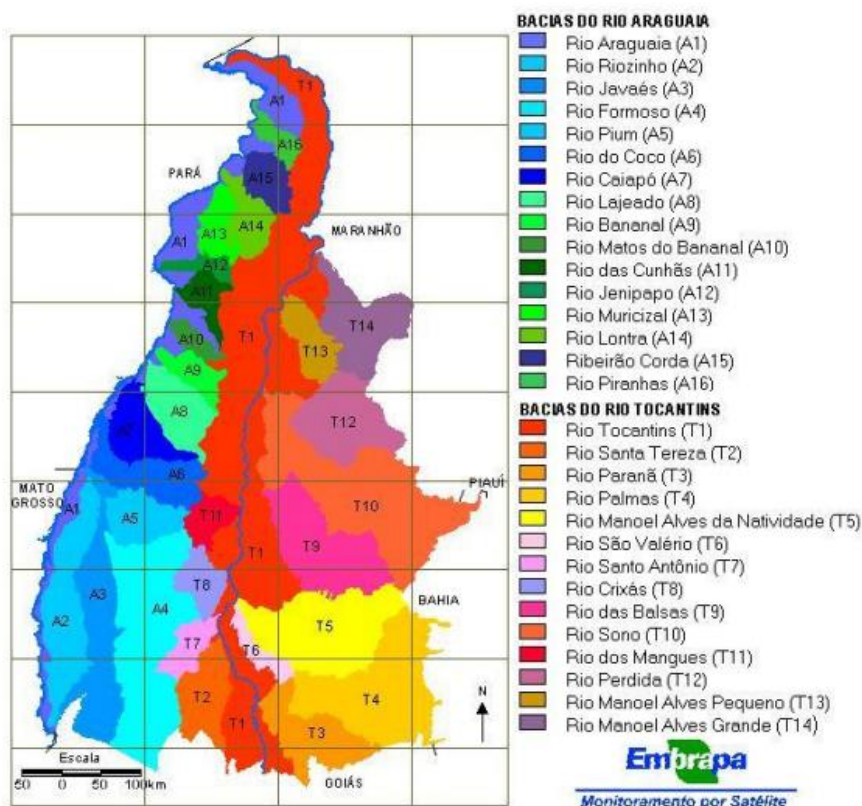
Mapa da organização político-territorial de bacias hidrográficas no estado do Tocantins. Fonte: ANA, 2023.

Em todo o estado do Tocantins, os recursos hídricos desempenham um papel fundamental na definição dos padrões de distribuição e na preservação da fauna e flora locais, importância essa acentuada pela diversidade de ecossistemas presentes na região, que incluem grandes e pequenos rios, trechos com corredeiras ou rios de maior volume, praias, barragens, lagos e brejos. As bacias dos rios Tocantins e Araguaia, juntamente com seus afluentes, assumem um papel de destaque na sustentação de diversas espécies, como botos, lontras, ariranhas, tartarugas, jacarés e várias espécies de aves. Além disso, as distintas tipologias vegetais que margeiam esses rios são essenciais para a sobrevivência da fauna terrestre, servindo como fonte de alimento, água, abrigo e corredores para sua locomoção (Almeida, 2013; SEPLAN-TO, 2017).

Os peixes também têm um lugar de relevância nesse contexto, destacando-se pela grande diversidade de espécies e pela ocorrência de endemismos. Eles representam um recurso natural de suma importância, sendo utilizados tanto para a subsistência das populações ribeirinhas como comercialmente e em atividades esportivas (SEPLAN-TO, 2017).

A bacia hidrográfica do estado abrange aproximadamente dois terços da área da bacia do rio Tocantins e um terço do rio Araguaia, tornando o Tocantins um dos estados mais ricos do Brasil em recursos hídricos. Entre os rios mais significativos da região, destacam-se o Araguaia, Tocantins, do Sono, das Balsas e Paraná. Vale ressaltar que o rio Araguaia abriga a Ilha do Bananal, que é a maior ilha fluvial do Brasil (Almeida, 2013; ANA, 2023; SEPLAN-TO, 2017).

A hidrografia do estado do Tocantins é delimitada pela presença dos rios Araguaia, a oeste, e Tocantins, a leste, ambos fluindo de sul para norte e se encontrando na região conhecida como Bico do Papagaio, no norte do estado. Todo o território está inserido na região hidrográfica Tocantins/Araguaia. O estado é composto por dois principais sistemas hidrográficos: o Rio Araguaia, que abrange uma área de 104.791,8 km², correspondendo a 37,8% da área total do estado, e o Rio Tocantins, que engloba uma área de 172.828,2 km², equivalente a 62,2% da área total do estado (ANA, 2023; SEPLAN-TO, 2017).



Mapa da hidrografia do estado do Tocantins. Fonte: Almeida (2013).

O sistema hidrográfico do estado do Tocantins é notável por sua diversidade, sendo composto por um total de 14 bacias hidrográficas distintas. Entre elas, podemos mencionar a bacia do ribeirão dos Mangues, a bacia do Rio Crixás, a bacia do Rio das Balsas, a bacia do Rio Manuel Alves da Natividade, a bacia do Rio Manuel Alves Grande, a bacia do Rio Manuel Alves Pequeno, a bacia do Rio Palma, a bacia do Rio Paranã, a bacia do Rio Perdida, a bacia do Rio Santa Tereza, a bacia do Rio Santo Antônio, a bacia do Rio São Valério, a bacia do Rio Sono e, por fim, a bacia do Rio Tocantins, que detém uma posição central na região (SEPLAN-TO, 2017).

Por outro lado, o sistema hidrográfico do rio Araguaia é composto por 16 bacias hidrográficas distintas, cada uma com suas próprias características e peculiaridades. Essas bacias são denominadas bacia do ribeirão Corda, bacia do Rio Araguaia, bacia do Rio Bananal, bacia do Rio Barreiras, bacia do Rio Caiapó, bacia do Rio das Cunhãs, bacia do Rio do Coco, bacia do Rio Formoso, bacia do Rio Javaés, bacia do Rio Jenipapo, bacia do Rio Lontra, bacia do Rio Muricizal, bacia do Rio Piranhas/Rio Lajeado, bacia do Rio Piranhas, bacia do Rio Pium e bacia do Rio Riozinho (SEPLAN-TO, 2017).

A bacia do Rio Araguaia ocupa a porção oeste do estado do Tocantins e é caracterizada pela direção de seus cursos, que fluem de sul para norte. Esse rio majestoso, com seus impressionantes 2.600 km de extensão, drena uma vasta área de 385.060 km² e tem suas nascentes na imponente

Serra do Caiapó, situada entre os estados de Goiás e Mato Grosso, a uma altitude de 850 m. O Rio Araguaia exhibe características típicas de um rio de planície, com canais ramificados e meandros que o levam a percorrer cerca de 2.000 km de planícies, mantendo-se quase paralelo ao Rio Tocantins até o ponto de confluência entre esses dois cursos d'água (SEPLAN-TO, 2017).

Já a bacia do Rio Tocantins, localizada a leste do estado do Tocantins, também segue uma trajetória de drenagem de sul a norte. Essa bacia, que drena uma área total de 172.828 km², tem suas nascentes no Planalto de Goiás, a uma altitude aproximada de 1.000 m, formado pelos rios das Almas e Maranhão. O rio Tocantins percorre uma extensão total de cerca de 1.960 km até alcançar sua foz na majestosa Baía de Marajó. Um importante detalhe a mencionar é que o principal tributário do Rio Tocantins é o próprio Rio Araguaia (SEPLAN-TO, 2017).

A bacia do Rio Tocantins se destaca por seu relevo variado, com altitudes predominantes entre 200 e 500 m em grande parte de sua extensão. No entanto, nas áreas mais baixas do Tocantins, as cotas altimétricas são inferiores a 100 m, enquanto nas nascentes encontramos altitudes superiores a 1.000 m. Importante observar que, embora a bacia do Rio Tocantins não seja caracterizada por áreas alagadiças, ela apresenta um notável potencial para a formação de enchentes em seu trecho mais baixo (Almeida, 2013; SEPLAN-TO, 2017).

LEIA-SE:

HIDROGRAFIA

O estado do Tocantins, com uma área física de 277.721 km², é habitado por uma população estimada em 1.511.459 habitantes, de acordo com dados do IBGE de 2022. Essa vasta extensão territorial é dividida em 139 municípios, tornando-o um estado com significativa diversidade geográfica e populacional. Além disso, é importante destacar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Tocantins, que atingiu a marca de 0,699 em 2010, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um indicador que reflete o nível de desenvolvimento social e econômico da região (ANA, 2023). Na última medição do IBGE, em 2021, atingiu 0,731.

No âmbito da gestão de recursos hídricos, o estado possui uma Política Estadual de Recursos Hídricos, regulamentada pela Lei nº 1.307, de 22 de março de 2002. O Capítulo IV dessa legislação é dedicado às águas subterrâneas, ressaltando a importância da preservação desse recurso. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/TO) desempenha um papel crucial na gestão hídrica do Tocantins. Sua criação se deu por meio do Decreto nº 687, de 22 de julho de 1998, e sua regulamentação é estabelecida pela Lei nº 2.097, de 13 de julho de 2009 (ANA, 2023).

Para viabilizar a implementação das políticas hídricas, foi instituído o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, conforme estabelecido na Lei nº 2.089, de 9 de julho de 2009, denominado FERH/TO. O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-TO), aprovado pelo CERH em 7 de dezembro de 2011, define as diretrizes e metas para a gestão sustentável dos recursos hídricos no estado (ANA, 2023).

Dica

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), criada pela Lei nº 1, de janeiro de 2015, é o órgão responsável pela gestão eficaz dos recursos hídricos no Tocantins. Para obter informações detalhadas sobre o funcionamento desse órgão, visite o site <http://semarh.to.gov.br/>.

Além disso, o Tocantins conta com a atuação de seis comitês estaduais de bacias hidrográficas (figura seguinte), que desempenham um papel fundamental na preservação e gestão das bacias fluviais da região, garantindo o uso sustentável dos recursos hídricos (ANA, 2023).



Mapa da organização político-territorial de bacias hidrográficas no estado do Tocantins. Fonte: ANA, 2023.

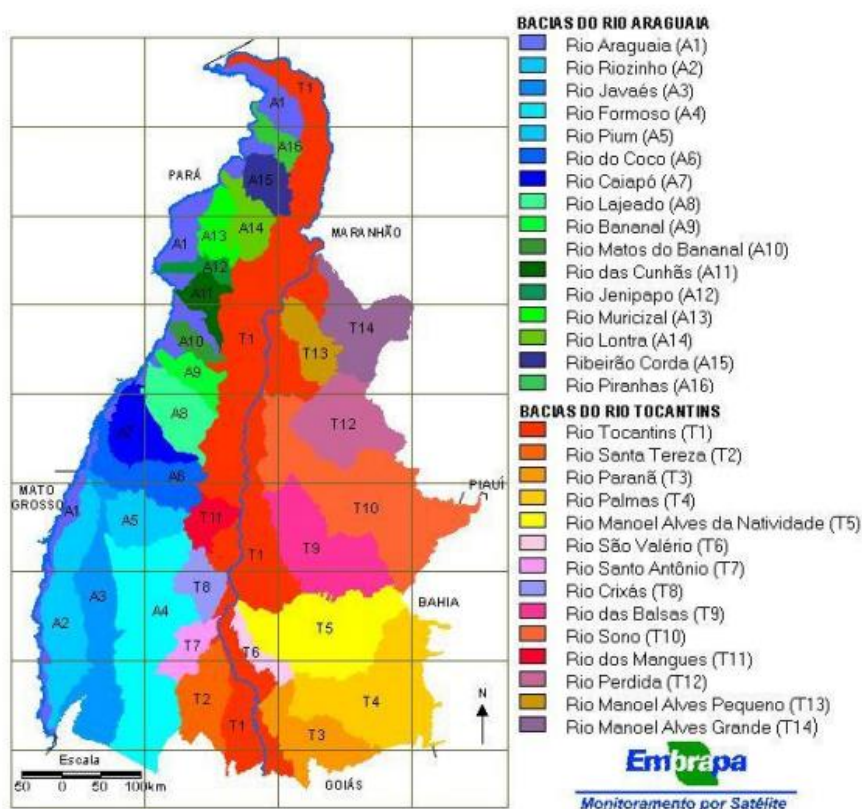
Em todo o estado do Tocantins, os recursos hídricos desempenham um papel fundamental na definição dos padrões de distribuição e na preservação da fauna e flora locais, importância essa acentuada pela diversidade de ecossistemas presentes na região, que incluem grandes e pequenos rios, trechos com corredeiras ou rios de maior volume, praias, barragens, lagos e brejos. As bacias dos rios Tocantins e Araguaia, juntamente com seus afluentes, assumem um papel de destaque na sustentação de diversas espécies, como botos, lontras, ariranhas, tartarugas, jacarés e várias espécies de aves. Além disso, as distintas tipologias vegetais que margeiam esses rios são essenciais para a sobrevivência da fauna terrestre, servindo como fonte de alimento, água, abrigo e corredores para sua locomoção (Almeida, 2013; SEPLAN-TO, 2017).

Os peixes também têm um lugar de relevância nesse contexto, destacando-se pela grande diversidade de espécies e pela ocorrência de endemismos. Eles representam um recurso natural de suma importância, sendo utilizados tanto para a subsistência das populações ribeirinhas como comercialmente e em atividades esportivas (SEPLAN-TO, 2017).

A bacia hidrográfica do estado abrange aproximadamente dois terços da área da bacia do rio Tocantins e um terço do rio Araguaia, tornando o Tocantins um dos estados mais ricos do Brasil

em recursos hídricos. Entre os rios mais significativos da região, destacam-se o Araguaia, Tocantins, do Sono, das Balsas e Paraná. Vale ressaltar que o rio Araguaia abriga a Ilha do Bananal, que é a maior ilha fluvial do Brasil (Almeida, 2013; ANA, 2023; SEPLAN-TO, 2017).

A hidrografia do estado do Tocantins é delineada pela presença dos rios Araguaia, a oeste, e Tocantins, a leste, ambos fluindo de sul para norte e se encontrando na região conhecida como Bico do Papagaio, no norte do estado. Todo o território está inserido na região hidrográfica Tocantins/Araguaia. O estado é composto por dois principais sistemas hidrográficos: o Rio Araguaia, que abrange uma área de 104.791,8 km², correspondendo a 37,8% da área total do estado, e o Rio Tocantins, que engloba uma área de 172.828,2 km², equivalente a 62,2% da área total do estado (ANA, 2023; SEPLAN-TO, 2017).



Mapa da hidrografia do estado do Tocantins. Fonte: Almeida (2013).

O sistema hidrográfico do estado do Tocantins é notável por sua diversidade, sendo composto por um total de 14 bacias hidrográficas distintas. Entre elas, podemos mencionar a bacia do ribeirão dos Mangues, a bacia do Rio Crixás, a bacia do Rio das Balsas, a bacia do Rio Manuel Alves da Natividade, a bacia do Rio Manuel Alves Grande, a bacia do Rio Manuel Alves Pequeno, a bacia do Rio Palma, a bacia do Rio Paranã, a bacia do Rio Perdida, a bacia do Rio Santa Tereza, a bacia do Rio Santo Antônio, a bacia do Rio São Valério, a bacia do Rio Sono e, por fim, a bacia do Rio Tocantins, que detém uma posição central na região (SEPLAN-TO, 2017).

Por outro lado, o sistema hidrográfico do rio Araguaia é composto por 16 bacias hidrográficas distintas, cada uma com suas próprias características e peculiaridades. Essas bacias são denominadas bacia do ribeirão Corda, bacia do Rio Araguaia, bacia do Rio Bananal, bacia do Rio Barreiras, bacia do Rio Caiapó, bacia do Rio das Cunhãs, bacia do Rio do Coco, bacia do Rio Formoso, bacia do Rio Javaés, bacia do Rio Jenipapo, bacia do Rio Lontra, bacia do Rio Muricizal, bacia do Rio Piranhas/Rio Lajeado, bacia do Rio Piranhas, bacia do Rio Pium e bacia do Rio Riozinho (SEPLAN-TO, 2017).

A bacia do Rio Araguaia ocupa a porção oeste do estado do Tocantins e é caracterizada pela direção de seus cursos, que fluem de sul para norte. Esse rio majestoso, com seus impressionantes 2.600 km de extensão, drena uma vasta área de 385.060 km² e tem suas nascentes na imponente Serra do Caiapó, situada entre os estados de Goiás e Mato Grosso, a uma altitude de 850 m. O Rio Araguaia exibe características típicas de um rio de planície, com canais ramificados e meandros que o levam a percorrer cerca de 2.000 km de planícies, mantendo-se quase paralelo ao Rio Tocantins até o ponto de confluência entre esses dois cursos d'água (SEPLAN-TO, 2017).

Já a bacia do Rio Tocantins, localizada a leste do estado do Tocantins, também segue uma trajetória de drenagem de sul a norte. Essa bacia, que drena uma área total de 172.828 km², tem suas nascentes no Planalto de Goiás, a uma altitude aproximada de 1.000 m, formado pelos rios das Almas e Maranhão. O rio Tocantins percorre uma extensão total de cerca de 1.960 km até alcançar sua foz na majestosa Baía de Marajó. Um importante detalhe a mencionar é que o principal tributário do Rio Tocantins é o próprio Rio Araguaia (SEPLAN-TO, 2017).

A bacia do Rio Tocantins se destaca por seu relevo variado, com altitudes predominantes entre 200 e 500 m em grande parte de sua extensão. No entanto, nas áreas mais baixas do Tocantins, as cotas altimétricas são inferiores a 100 m, enquanto nas nascentes encontramos altitudes superiores a 1.000 m. Importante observar que, embora a bacia do Rio Tocantins não seja caracterizada por áreas alagadiças, ela apresenta um notável potencial para a formação de enchentes em seu trecho mais baixo (Almeida, 2013; SEPLAN-TO, 2017).

Página 133

ONDE SE LÊ:

POPULAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é responsável por conduzir esse estudo estatístico, o Censo Demográfico³, que visa coletar detalhes como a distribuição por gênero, faixa etária e região, fornecendo insights sobre como as pessoas vivem em diferentes áreas. Tradicionalmente realizado a cada 10 anos, esse processo oferece um panorama atualizado e abrangente da dinâmica populacional do estado, refletindo, também, as tendências nacionais (IBGE, 2023a).

No período de 1991 a 2000, o estado de Tocantins apresentou uma taxa média de crescimento anual de 2,6%, superando a média nacional, que foi de 1,6% ao ano. Apesar de ambas as taxas terem aumentado entre 2000 e 2010, o estado de Tocantins manteve uma taxa média de crescimento anual superior à do Brasil, registrando 1,8% e 1,2% ao ano, respectivamente (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019).

É importante ressaltar que, no início da década de 1990, Tocantins contava com 79 centros que exerciam funções administrativas como sedes municipais. Dessas, apenas 12 tinham uma população superior a 15.951 habitantes, incluindo Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Tocantinópolis, Paraíso do Tocantins, Araguatins, Palmas, Colinas do Tocantins, Guaraí,

³ Em divulgações posteriores, existe a possibilidade de que alguns dos indicadores apresentados aqui sejam revistos, especialmente devido a certos municípios que estão passando, justamente, por processos de revisão por conta de ajustes necessários identificados após o encerramento das operações em 28 de maio de 2023.

Miracema do Tocantins, Goiatins e Formoso do Araguaia. Esses municípios juntos concentravam 44,9% da população estadual, que totalizava 919.863 habitantes em 1991. Em contrapartida, os outros 67 municípios, com menos de 15.950 habitantes, concentravam 55,1% da população estadual no mesmo ano (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019).

Em 2010, o estado de Tocantins já contava com 139 municípios, incluindo 13 com uma população superior a 15.951 habitantes, como Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Araguatins, Colinas do Tocantins, Guaraí, Tocantinópolis, Miracema do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia e Augustinópolis. Esses municípios juntos concentravam 52,8% da população estadual. É relevante notar o aumento significativo no número de municípios com menos de 15.950 habitantes, que saltou de 67 em 1991 para 126 em 2010. A criação de novos municípios levou a um aumento considerável no número de municípios com menor população e à redução da população e território de alguns municípios devido à criação dos novos. Em 2010, esses municípios de menor porte concentravam 47,2% da população estadual (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019).

Um evento de destaque nesse período foi o crescimento da capital estadual, Palmas, que viu sua população aumentar de 24.334 habitantes em 1991 para 228.322 habitantes em 2010. A taxa média de crescimento anual de Palmas foi de 21,2% ao ano no período de 1991 a 2000 e de 5,2% ao ano no período de 2000 a 2010 (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019).

O Tocantins, um estado com 139 municípios, abrigava uma população de 1.383.445 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010. Desse contingente, 78,81%, equivalente a 1.090.241 pessoas, escolheram viver na zona urbana, enquanto 21,19%, representando 293.212 pessoas, optaram por residir na zona rural (IBGE, 2023a).

Conforme informações atualizadas do IBGE até 2010, a população tocaninense experimentava um aumento anual de 1,8%. Notavelmente, cerca de 49% dos habitantes do estado estavam concentrados em apenas 10 cidades, com a maioria delas situada nas regiões central e norte do Tocantins. Surpreendentemente, mais de 80% dos municípios do estado, totalizando 116, contavam com menos de 10 mil habitantes, enquanto 55%, ou seja, 76 municípios, possuíam menos de 5 mil residentes (IBGE, 2023a).

Recentemente, no último censo de 2022, a população do Tocantins cresceu para 1.511.459 pessoas, refletindo uma densidade demográfica de 5,45 habitantes por quilômetro quadrado. Além disso, o número de veículos no estado atingiu 830.733 em 2022. É importante notar que o crescimento populacional no Tocantins nos últimos anos surpreendeu, com um aumento real de 128.014 pessoas desde o último censo de 2010 conduzido pelo IBGE. Esse crescimento populacional, no entanto, ficou aquém das projeções anteriores feitas pelo órgão (IBGE, 2023a).

Alguns municípios com maior contingente populacional se destacam, como Palmas e Araguaína, que compõem regiões com mais de 500 mil habitantes.

O Censo Demográfico de 2022 trouxe importantes atualizações sobre a população e domicílios em diversos municípios do Tocantins. Comparando os dados com o censo anterior, realizado em 2010, observamos algumas tendências notáveis (IBGE, 2023a):

Babaçulândia: a população de Babaçulândia diminuiu em 24%, passando de 10.424 em 2010 para 7.880 em 2022;

Rio Sono: o município de Rio Sono também registrou uma redução populacional significativa, com uma queda de 23% na população, indo de 6.254 em 2010 para 4.841 em 2022;

Piraquê: Piraquê teve uma diminuição de 22% em sua população, passando de 2.920 em 2010 para 2.282 em 2022;

Esperantina: a população de Esperantina reduziu em 21%, indo de 9.476 em 2010 para 7.530 em 2022.

Por outro lado, alguns municípios experimentaram um aumento significativo na população (IBGE, 2023a):

São Félix do Tocantins: esse município teve um crescimento de 24% na população, indo de 1.437 em 2010 para 1.783 em 2022;

São Miguel do Tocantins: São Miguel do Tocantins registrou um aumento de 26% na população, passando de 10.497 em 2010 para 13.241 em 2022;

Porto Nacional: a cidade de Porto Nacional experimentou um crescimento de 31% na população, indo de 49.146 em 2010 para 64.418 em 2022;

Palmas: a capital do estado, Palmas, viu sua população crescer em 33%, indo de 228.332 em 2010 para 302.692 em 2022;

Tabocão: Tabocão registrou um notável aumento de 43% em sua população, indo de 2.419 em 2010 para 3.455 em 2022;

Lagoa da Confusão: esse município teve um crescimento populacional expressivo, com um aumento de 50%, passando de 10.210 em 2010 para 15.288 em 2022.

Esses dados do Censo Demográfico de 2022 demonstram as variações na população dos municípios do Tocantins ao longo dos anos, revelando tanto declínios quanto crescimentos significativos em diferentes localidades do estado.

LEIA-SE:

POPULAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é responsável por conduzir esse estudo estatístico, o Censo Demográfico⁴, que visa coletar detalhes como a distribuição por gênero, faixa etária e região, fornecendo insights sobre como as pessoas vivem em diferentes áreas. Tradicionalmente realizado a cada 10 anos, esse processo oferece um panorama atualizado e abrangente da dinâmica populacional do estado, refletindo, também, as tendências nacionais (IBGE, 2023a).

No período de 1991 a 2000, o estado de Tocantins apresentou uma taxa média de crescimento anual de 2,6%, superando a média nacional, que foi de 1,6% ao ano. Apesar de ambas as taxas terem aumentado entre 2000 e 2010, o estado de Tocantins manteve uma taxa média de crescimento anual superior à do Brasil, registrando 1,8% e 1,2% ao ano, respectivamente (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019). O censo do IBGE de 2022 foi de 1.511.459 habitantes, tendo um crescimento de 128.014 habitantes em relação a 2010.

⁴ Em divulgações posteriores, existe a possibilidade de que alguns dos indicadores apresentados aqui sejam revistos, especialmente devido a certos municípios que estão passando, justamente, por processos de revisão por conta de ajustes necessários identificados após o encerramento das operações em 28 de maio de 2023.

É importante ressaltar que, no início da década de 1990, Tocantins contava com 79 centros que exerciam funções administrativas como sedes municipais. Dessas, apenas 12 tinham uma população superior a 15.951 habitantes, incluindo Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Tocantinópolis, Paraíso do Tocantins, Araguatins, Palmas, Colinas do Tocantins, Guaraí, Miracema do Tocantins, Goiatins e Formoso do Araguaia. Esses municípios juntos concentravam 44,9% da população estadual, que totalizava 919.863 habitantes em 1991. Em contrapartida, os outros 67 municípios, com menos de 15.950 habitantes, concentravam 55,1% da população estadual no mesmo ano (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019).

Em 2010, o estado de Tocantins já contava com 139 municípios, incluindo 13 com uma população superior a 15.951 habitantes, como Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Araguatins, Colinas do Tocantins, Guaraí, Tocantinópolis, Miracema do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia e Augustinópolis. Esses municípios juntos concentravam 52,8% da população estadual. É relevante notar o aumento significativo no número de municípios com menos de 15.950 habitantes, que saltou de 67 em 1991 para 126 em 2010. A criação de novos municípios levou a um aumento considerável no número de municípios com menor população e à redução da população e território de alguns municípios devido à criação dos novos. Em 2010, esses municípios de menor porte concentravam 47,2% da população estadual (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019).

Um evento de destaque nesse período foi o crescimento da capital estadual, Palmas, que viu sua população aumentar de 24.334 habitantes em 1991 para 228.322 habitantes em 2010. A taxa média de crescimento anual de Palmas foi de 21,2% ao ano no período de 1991 a 2000 e de 5,2% ao ano no período de 2000 a 2010 (Alvim; Bessa; Ferreira, 2019). Segundo o censo IBGE de 2020, Palmas com 302.692 habitantes é a cidade mais populosa do estado.

O Tocantins, um estado com 139 municípios, abrigava uma população de 1.383.445 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010. Desse contingente, 78,81%, equivalente a 1.090.241 pessoas, escolheram viver na zona urbana, enquanto 21,19%, representando 293.212 pessoas, optaram por residir na zona rural (IBGE, 2023a).

Conforme informações atualizadas do IBGE até 2010, a população tocantinense experimentava um aumento anual de 1,8%. Notavelmente, cerca de 49% dos habitantes do estado estavam concentrados em apenas 10 cidades, com a maioria delas situada nas regiões central e norte do Tocantins. Surpreendentemente, mais de 80% dos municípios do estado, totalizando 116, contavam com menos de 10 mil habitantes, enquanto 55%, ou seja, 76 municípios, possuíam menos de 5 mil residentes (IBGE, 2023a).

Recentemente, no último censo de 2022, a população do Tocantins cresceu para 1.511.459 pessoas, refletindo uma densidade demográfica de 5,45 habitantes por quilômetro quadrado. Além disso, o número de veículos no estado atingiu 830.733 em 2022. É importante notar que o crescimento populacional no Tocantins nos últimos anos surpreendeu, com um aumento real de 128.014 pessoas desde o último censo de 2010 conduzido pelo IBGE. Esse crescimento populacional, no entanto, ficou aquém das projeções anteriores feitas pelo órgão (IBGE, 2023a).

Alguns municípios com maior contingente populacional se destacam, como Palmas e Araguaína, que compõem regiões com mais de 500 mil habitantes. O Censo Demográfico de 2022 trouxe importantes atualizações sobre a população e domicílios em diversos municípios do Tocantins. Comparando os dados com o censo anterior, realizado em 2010, observamos algumas tendências notáveis (IBGE, 2023a):

Babaçulândia: a população de Babaçulândia diminuiu em 24%, passando de 10.424 em 2010 para 7.880 em 2022;

Rio Sono: o município de Rio Sono também registrou uma redução populacional significativa, com uma queda de 23% na população, indo de 6.254 em 2010 para 4.841 em 2022;

Piraquê: Piraquê teve uma diminuição de 22% em sua população, passando de 2.920 em 2010 para 2.282 em 2022;

Esperantina: a população de Esperantina reduziu em 21%, indo de 9.476 em 2010 para 7.530 em 2022.

Por outro lado, alguns municípios experimentaram um aumento significativo na população (IBGE, 2023a):

São Félix do Tocantins: esse município teve um crescimento de 24% na população, indo de 1.437 em 2010 para 1.783 em 2022;

São Miguel do Tocantins: São Miguel do Tocantins registrou um aumento de 26% na população, passando de 10.497 em 2010 para 13.241 em 2022;

Porto Nacional: a cidade de Porto Nacional experimentou um crescimento de 31% na população, indo de 49.146 em 2010 para 64.418 em 2022;

Palmas: a capital do estado, Palmas, viu sua população crescer em 33%, indo de 228.332 em 2010 para 302.692 em 2022;

Tabocão: Tabocão registrou um notável aumento de 43% em sua população, indo de 2.419 em 2010 para 3.455 em 2022;

Lagoa da Confusão: esse município teve um crescimento populacional expressivo, com um aumento de 50%, passando de 10.210 em 2010 para 15.288 em 2022.

Esses dados do Censo Demográfico de 2022 demonstram as variações na população dos municípios do Tocantins ao longo dos anos, revelando tanto declínios quanto crescimentos significativos em diferentes localidades do estado.

Se você adquiriu sua apostila após o dia 19 de julho de 2024, estes itens já se encontram atualizados.

Cordialmente,

Nova Concursos.